

PODER E PRESERVAÇÃO NOS MUSEUS: A MEMÓRIA COMO CAPITAL SIMBÓLICO

Danielly Dias Sandy¹
Isaura Alberton de Lima²

Resumo: O presente artigo trata sobre a relação entre poder e preservação no âmbito dos museus, sendo estas instituições reconhecidas como importantes vetores da memória cuja atuação na sociedade legitima-se como capital simbólico além de histórico, cultural e econômico. Assim, o texto discorre sobre questões sensíveis e que historicamente se entrelaçam no bojo de mecanismos atribuídos aos impactos do patrimônio e suas relações de poder, sobretudo nos museus. O objetivo é apresentar uma análise traçada sob a perspectiva da memória como capital simbólico de um grupo, etnia ou mesmo sociedade, tendo os museus como foco principal para o reconhecimento, preservação e legitimação da memória resultando na construção de identidades. O método empregado é de análise qualitativa, abordagem teórica e documental, a partir de fontes primárias e secundárias. Dentre as conclusões, destaca-se o fato dos museus serem instituições aptas a integrar a sociedade em múltiplas esferas de estratégia e poder.

Palavras-chave: Capital simbólico; Museu; Poder; Preservação; Memória.

POWER AND PRESERVATION IN MUSEUMS: MEMORY AS SYMBOLIC CAPITAL

Abstract: The present article addresses the relationship between power and preservation within the context of museums, recognizing these institutions as significant vectors of memory whose role in society legitimizes them as symbolic, as well as historical, cultural, and economic capital. Thus, the text discusses sensitive issues that historically intertwine with mechanisms attributed to the impacts of heritage and its power relations, particularly in museums. The aim is to present an analysis from the perspective of memory as the symbolic capital of a group, ethnicity, or even society, focusing on museums as the primary entities for the recognition, preservation, and legitimation of memory, resulting in the construction of identities. The method employed is a qualitative analysis with a theoretical and documentary approach, based on primary and secondary sources. Among the conclusions, it is highlighted that museums are institutions capable of integrating society into multiple spheres of strategy and power.

Keywords: Symbolic capital; Museum; Power; Preservation; Memory.

Introdução

O patrimônio cultural é essencialmente formado por muitas manifestações e expressões, integrando o arcabouço de elementos responsáveis pela identidade de determinado grupo social. A preservação da memória é fundamental para o desenvolvimento de uma cultura e serve-se do

1 Doutoranda em Planejamento e Governança Pública, aluna da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Contato: daniellyds@yahoo.com

2 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Contato: alberton@utfpr.edu.br

patrimônio, tangível e intangível, como suporte para legitimar um capital simbólico. Isso perpassa pelo conceito de identidade, integrando a esfera do poder e concomitantemente associando-se a outras possibilidades de capital como o social, o econômico e cultural (BOURDIEU, 1989).

No bojo da preservação da memória, encontram-se os museus que basicamente trabalham como instituições sem fins lucrativos e a serviço das sociedades (ICOM, 2009), e também determinantes para o exercício do poder. E conforme destaca Foucault (2015, p. 138), “onde há poder, ele se exerce”, e no caso dos museus esse poder se concretiza tanto interna como externamente. Em seu interior o museu coleta, armazena, acondiciona, conserva, restaura tendo estas ações como viabilizadoras da preservação; porém mais do que isso, o museu ainda pesquisa, expõe, media, dialoga, interage e sensibiliza para tornar o bem preservado um testemunho vivo da história.

Meneses (1994, p. 12), reconhece a museália³ como vetor, ou condutor, de relações sociais, dando ao artefato musealizado o sentido de "atributo capital da realidade humana". Não obstante, o aspecto exterior do museu envolve a construção e disponibilização desse edifício em um espaço geográfico de uma cidade podendo, outrossim, gerar inúmeras interpretações e múltiplos diálogos com o seu entorno. Um museu em sua dimensão externa, ainda é elemento arquitetônico de uma época, tornando-se instrumento estratégico do planejamento urbano e regional.

O poder exercido pelos museus mante-se também em uma estrutura social hierárquica e contribui diretamente para a construção de uma realidade no presente, a qual se pauta em elementos do passado como, por exemplo, na memória preservada. Nesse contexto, a memória identifica-se como valor inerente a cada item de museália, tanto em um plano concreto, material e real, como em termos conceituais e de análise semiótica.

O conceito de capital simbólico, que também pode ser dado à memória, envolve valores, bem como a atribuição de sentidos, seja de forma espontânea, natural ou meramente desinteressada. Para tanto, Bourdieu (1996) tece uma análise sociológica sobre os campos literário e artístico do século XIX, reconhecendo as relações de poder e simbólicas. Isso inclui a busca dos diferentes agentes como escritores, artistas, críticos e outros por reconhecimento no cenário cultural do recorte temporal analisado.

³ Museália é como é chamado todo o conjunto de artefatos, objetos, relíquias e demais itens que integram o acervo de um museu.

Ainda de acordo com Bourdieu (1996) destacam-se as relações sociais que visam uma compreensão acerca das dinâmicas às quais os referidos agentes se propunham para a inserção de sua produção na história. E os museus, assim como os agentes analisados por Bourdieu, trazem pujante contribuição a partir de sua produção museal. Portanto, pode-se considerar que há ainda uma vereda a ser explorada no campo social da museologia tratando mais especificamente sobre uma possível teoria da produção museológica. Ou seja, o museu não apenas preserva a memória como um capital simbólico da sociedade, mas também torna-se agente de poder de sua produção.

Este artigo traz justamente esta discussão, explorando conceitos de maneira interconectada e criando paralelos que resultam em uma análise atual e ainda pouco explorada no que se refere ao universo dos museus. O objetivo geral exige a apresentação dessa análise que compõe a ideia que deu origem ao texto, tendo a memória como capital simbólico de um grupo, etnia ou sociedade e os museus como instrumento de sua preservação e legitimação. E para compor a análise, outros conceitos são abordados e a partir da aplicação do método de análise qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias.

Para atender a essa demanda, o texto foi dividido conforme a sequência dos conceitos referidos já no título e estrutura-se com tópicos que seguem após a introdução, iniciando com uma discussão sobre os museus como agentes de poder. O tópico seguinte trata sobre a preservação da cultura como ferramenta social estratégica, dando ênfase nos aspectos de preservação do patrimônio histórico e cultural, mas sobretudo musealizado.

Após esta discussão, o texto aborda questões relacionadas aos efeitos da memória (ou sua ausência), nas sociedades apontando o quão importante, inclusive por questões de justiça social, é manter viva a memória de um povo. Em decorrência disso, o texto segue para uma análise sobre a memória como capital simbólico transgressor e elemento emancipador das consciências para, então, chegar às considerações finais.

Os museus como agentes de poder

Dotados de uma aura histórica, os museus transmitem, em alguns casos, a impressão de depósito ou ambiente sacralizador de objetos que deixaram de ser utilitários em algum momento, para se tornarem relíquias museológicas sob o olhar de um museólogo ou curador. Há quem ainda relacione os museus somente às glórias de um passado qualquer, de heróis e ‘vencedores’ de outras épocas, e sem significativas reverberações no presente. Essa visão está

longe da realidade e de ser o que realmente se espera de um museu, mas é sabido que de fato existem instituições que ainda não se deram conta do seu verdadeiro papel e possíveis impactos no presente.

Um museu não depende somente de um acervo para existir, mas de uma série de cuidados museológicos que tornarão vivos e dinâmicos os seus espaços, exposições e interações com o público. Assim, “por sua configuração técnica, científica, social e espacial, é notável a função dos museus na ação de salvaguarda patrimonial” (SANDY, 2020, p. 49), mas, para efeitos de preservação da cultura, um museu vai além. Todos os processos, inclusive o fluxo e aqueles que definem o que será sentido ou não em cada local, são pensados previamente para a realização de uma exposição, desde que sob curadoria estratégica e ciente de seus efeitos sinestésicos.

A sinestesia é sempre evocada em exposições mesmo que não seja necessariamente essa a verdadeira proposta curatorial. Isso porque o próprio ambiente do museu já propõe uma imersão à experiências que transcendem o olhar do visitante pois há sempre um cheiro no ar bem como algum som ou ausência dele. Por essa ótica, mesmo o som característico do ar condicionado do museu já sugere uma imersão a determinada experiência sonora, e isso aliado às cores, ao cheiro, à temperatura e umidade relativa do ar característica, praticamente leva o visitante a experienciar uma *Gesamtkunstwerk*⁴. O conceito de “obra de arte total”, *Gesamtkunstwerk*, segundo Coutinho e Tostões:

foi desenvolvido por Richard Wagner, entre 1849 e 1851, na sequência da sua crítica à separação das artes e da defesa de uma revolução na arte ocidental que a fizesse recuperar o seu real significado social. Este projeto revolucionário acreditava que cada expressão artística superar-se-ia, na relação com as demais, edificando-se uma «obra de arte integral» (Wagner 2000, 25) ou uma «arte universal» (Wagner 2003, 95). (COUTINHO e TOSTÕES, 2019, p. 03).

Sob esta perspectiva, não apenas exposições de arte como tantas outras mostras sensoriais e com recursos cenográficos, tornam-se, muitas vezes, obras totais semelhantes à propostas de instalações no espaço museológico. Mesmo assim, vale destacar que isso não exclui outras propostas curatoriais como aquela de ambiente asséptico para a exposição de arte contemporânea, com o intuito de direcionar o olhar do público somente às obras (O'DOHERTY, 2002). Todavia, em um contexto museal, o visitante naturalmente terá os seus outros sentidos capturados pelo ambiente, e, por mais que esta não seja necessariamente a

4 O termo alemão *Gesamtkunstwerk* significa “obra de arte total” e passou a ser utilizado também para representar algumas exposições de arte ao longo do século XX.

intenção principal do curador, sempre haverá subjetividades no ar; e dessa forma, o “dito, o não dito e o interdito”⁵. De acordo Hans Obrist:

Montar uma coleção é encontrar, adquirir, organizar e guardar itens, seja em uma sala, casa biblioteca, museu ou galpão. É também, inevitavelmente, uma maneira de pensar sobre o mundo: as conexões e os princípios que produzem uma coleção contêm suposições, justaposições, descobertas, possibilidades experimentais e associações. A formação de coleções, pode-se dizer, é um método de produzir conhecimento (OBRIST, 2014, p. 55).

A partir de Obrist (2024), observa-se que a subjetividade transparece não apenas na exposição, ou seja, naquilo que está sendo objetivamente mostrado diante dos olhos do público, como também naquilo que não está visível. Os itens avulsos ou coleções inteiras que compõem o acervo de um museu dizem muito sobre a instituição, bem como aquilo que também não pertence ao seu acervo. Nesse sentido, tudo é passível de interpretações e, além disso, um museu impacta também aquele que não é seu público, todavia que sabe, ou já ouviu falar, sobre o que tem naquele espaço; e se está lá, acredita-se que seja por algum motivo.

Com isso têm-se o poder de legitimação da história que o processo de musealização exerce. “Não há como dissociar um museu do exercício do poder, nem da cidadania, no que se refere à preservação e de como se apresenta aquilo que é preservado. Não há como distanciar o trabalho dos museus da realidade em que se exerce o poder a partir de determinadas ações de determinados grupos” (SANDY, 2017, p. 84). E para Dallari:

O problema do *poder* é considerado por muitos como o mais importante para qualquer estudo da organização e do funcionamento da sociedade, havendo mesmo quem o considere o núcleo de todos os estudos sociais. Na verdade, seja qual for a época da história da Humanidade ou o grupo humano que se queira conhecer, será sempre indispensável que se dê especial atenção ao fenômeno do poder (DALLARI, 2013, p. 44, grifo do autor).

Ainda de acordo com o referido autor, tais características estão bastante aparentes como aspectos fundamentais pertinentes à Teoria Geral do Estado, “que é o que se relaciona com a necessidade ou desnecessidade do poder social” (DALLARI, 2013, p. 44). A preservação nos museus exerce determinado poder social, além de histórico e cultural, na seleção da memória que será preservada. Mesmo assim, pouco se fala, muito menos se reivindica, sobre os espaços nos museus e suas definições, usos e ocupações.

5 “Dito, não dito e interdito” faz referência a um dos terreiros (espaços) organizados na 29ª Bienal de São Paulo, realizada no ano de 2010, sob curadoria de Agnaldo Farias (MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA, 2010, não p.).

E se museu dialoga com o conceito de poder também dialoga com o conceito de dominação, sendo este “um dos elementos mais importantes da ação social. Sem dúvida, nem toda ação social apresenta uma estrutura que implica dominação. Mas, na maioria de suas formas, a dominação desempenha um papel considerável, mesmo naquelas em que não se supõe isto à primeira vista” (WEBER, 2015, p. 187). No que Max Weber (2015) reconhece como sociologia da dominação, destacam-se as suas estruturas e funcionamento a partir dos quais o referido autor ainda aborda as formas de transição entre poder e dominação.

Portanto, não apenas o poder como também a dominação permanece presentes em todas as ações e instituições sociais e para além da política. A dominação na sociedade preocupa-se com frentes que não são apenas as econômicas, mas todo o mecanismo social, inclusive a cultura, que colabora trazendo significativo retorno, muitas vezes conforme intenções econômicas. Nesses casos, a dominação pode ser vista como uma estratégia de legitimação, imposição e manutenção do poder.

A forma como um objeto é contextualizado dentro de um museu pode influenciar profundamente a percepção pública sobre a história, destinando certas memórias à marginalização em detrimento de outras. As interpretações particulares da história e da cultura, podem gerar ideologias dominantes e reforçar hierarquias sociais existentes, perpetuando desigualdades de poder em termos de raça, classe, gênero e outras formas de diferenciação social.

Frente a estas questões, o processo de musealização torna-se ainda mais complexo e delicado, exigindo cuidado e responsabilidade de todos os envolvidos. Assim, os museus, tradicionalmente vistos como instituições neutras e imparciais, podem, conforme aponta Mário Chagas (2013, p. 22), “ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar com o poder da memória”.

A preservação da cultura como ferramenta social estratégica

Definir o que é cultura representa um grande desafio, mas pode-se compreender que cultura é, também, um fenômeno social ainda longe de ter uma única definição que seja capaz de apresentá-la em toda a sua grandeza e repercussão. Dessa forma, há várias definições para o termo, tanto práticas como teóricas, sendo que algumas delas pode variar a depender do contexto no qual a palavra será apresentada. A cultura pode ser reconhecida como o conjunto de saberes e fazeres de determinado grupo, mas sua interdisciplinaridade abrange dimensões

também ideológicas que ultrapassam limites espaciais e temporais. Conforme aponta Brant (2009, p. 13), “a ideia de cultura, sempre moldada conforme as visões políticas de cada tempo, detém em si as chaves dos sistemas de poder”.

Para Raymond Williams (1969, p. 20), cultura é “todo um modo de vida que não é apenas maneira de encarar a totalidade, mas ainda maneira de interpretar toda a experiência comum e, à luz dessa interpretação, muda-la”. A partir dessa definição, observa-se o reconhecimento de uma mobilidade quanto a capacidade de transformação na cultura, porém vale destacar que as transformações históricas contribuem para uma forma de dinâmica da cultura.

Assim, este fenômeno não permanece estático, mas sujeito à se moldar frente aos acontecimentos do meio, porém, embora Williams (1969, p. 20) traga a sua contribuição sobre a dinâmica cultural, sua visão acerca da produção implica em formas de hierarquização. Frente à diversidade e justamente à capacidade que a cultura tem de se moldar e transformar, essa visão não atende à multiplicidade e complexidade como a cultura pode ser compreendida no mundo contemporâneo.

Mas mesmo que a cultura possa estar em constante transformação e desenvolvimento, ou talvez justamente por esse motivo, há a necessidade de que exista uma preservação da cultura. E “preservar significa proteger uma coisa ou um conjunto de coisas de diferentes perigos, tais como a destruição, a degradação, a dissociação ou mesmo o roubo; essa proteção é assegurada especialmente pela reunião, o inventário, o acondicionamento, a segurança e a reparação” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2014, p. 79).

Já na museologia, “a preservação engloba todas as operações envolvidas quando um objeto entra no museu, isto é, todas as operações de aquisição, entrada em inventário, catalogação, acondicionamento, conservação e, se necessário, restauração” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2014, p. 79). Mas no contexto museológico, analisado sob um olhar social, a preservação também se faz a partir de outras ações que não necessariamente sejam totalmente técnicas como na exposição, mediação e ações culturais. Isso porque “com efeito, quer se trate das funções econômicas e dos recursos de entretenimento oferecidos pelo patrimônio na sociedade de lazer, quer se trate de valores cognitivos, pedagógicos e artísticos, nenhuma das motivações institucionalmente reconhecidas ou reivindicadas permite interpretar o fervor com o qual o culto patrimonial é celebrado e se difunde no mundo inteiro” (CHOAY, 2017, p. 237).

Os museus são responsáveis pela musealização e patrimonialização de bens móveis e, sendo assim, a preservação da cultura pode ocorrer a partir do trato museológico com objetos,

reconhecidos como testemunhos da memória. Tais testemunhos seguem como uma ferramenta social estratégica, com base em diferentes propósitos e podendo trazer muitos benefícios para a sociedade. E ao proteger e promover as expressões culturais de um povo, a preservação da cultura não apenas salvaguarda o patrimônio como também contribui para o fortalecimento das identidades.

Os efeitos da memória (ou sua ausência) nas sociedades

A construção do conhecimento é fator indispensável para o desenvolvimento em qualquer área e as informações, experiências, registros, testemunhos e mais, tendem a se transformar em memória. Assim, considera-se que a memória desempenha um papel fundamental na construção da sociedade e, tanto a sua presença como ausência, trazem efeitos significativos capazes de moldar o desenvolvimento ao longo do tempo. Para Le Goff (1990), a memória não é a história, embora seja fácil de confundi-las, mas trata-se de uma ferramenta da história, ou seja, um dos seus objetos que pode ser utilizado mesmo em um nível elementar.

A identidade coletiva fornece uma base compartilhada de experiências, valores, tradições e narrativas que conectam seus membros visando um grupo mais congruente e ciente de sua história. E é por meio da memória que as sociedades conseguem construir a sua identidade coletiva, ou seja, uma imagem de si mesmas, articulando quem são, de onde vieram e para onde estão indo. Isso influencia no planejamento de áreas como a política, economia, cultura etc.

Vale destacar que todas as coisas têm a sua função como testemunho de uma época, um dado, uma referência, mas “a memória não está aprisionada nas coisas aguardando um herói libertador, ela situa-se na relação entre o sujeito e o objeto de memorização. Ela também não é o passado projetado de modo fiel ou fidedigno no presente” (CHAGAS, 2002, p. 22). Outrossim, mesmo que um objeto seja o testemunho do passado naturalmente estará sujeito às interpretações conforme as ferramentas simbólicas disponíveis no presente.

Com frequência, a memória pode ser mobilizada para legitimar formas de poder e governança, sendo as narrativas históricas, geralmente moldadas pela coletividade, usadas para justificar estruturas econômicas, políticas, além de instituições e hierarquias sociais. Portanto, a ausência ou a manipulação da memória também pode ser usada como uma ferramenta perigosa de controle social e de legitimação de regimes autoritários, pois a sua influência interfere em como uma sociedade consegue interpretar e compreender o seu passado.

Logo, reconhecendo que “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (LE GOFF, 1990, p. 23), a ausência da memória ou a amnésia coletiva tendem a deixar lacunas na compreensão da história e na identificação de padrões sociais recorrentes. Chagas lança a seguinte reflexão:

às instituições de memória, e de modo particular aos museus, é frequentemente atribuída a função de casas de guarda do tesouro. Mas, se o tesouro foi perdido o que elas guardam? E se guardam de fato um tesouro, que tesouro é esse? No entanto, a estes testemunhos materiais (alguns com valor de mercado) associam-se valores simbólicos e espirituais de diferentes matizes. [...] O que está em jogo é a tentativa de construção de uma tradição que possa vincular o presente ao passado (CHAGAS, 2013, p. 22).

Esse tesouro sobre o qual menciona Chagas (2013), pode ser interpretado como algo que desempenha um papel crucial na busca por reparação histórica e justiça para grupos marginalizados. Para Schieder e Faber (apud LE GOFF, 1990, p. 25), “se a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade. Os abusos da história só são um fato do historiador, quando este se torna um partidário, um político ou um laçao do poder político”.

Em uma sociedade, a lembrança e o reconhecimento de eventos traumáticos são necessários para a reconciliação e o cuidado com vistas ao impedimento de atrocidades futuras. Portanto, a memória compartilhada pode promover a solidariedade e fomentar valores comuns e tanto a sua ausência como manipulação, tendem a fragmentar a população alimentando conflitos, no lugar de promover o respeito à diversidade. Dessa forma, a memória deixa de ser apenas um elemento importante para a manutenção do passado para se tornar um importante capital simbólico transgressor e ao mesmo tempo um elemento emancipador das consciências e da coletividade.

Conclusão

Com base nos conceitos abordados para a análise que se apresentou no texto, foi evidenciada a profunda relação entre poder, preservação e memória nos museus, com destaque ao sentido destas instituições para a sociedade e para além da cultura. Ou seria então a cultura um capital simbólico que precede e ao mesmo tempo abarca o valor dos museus? Com efeito, os referidos temas tacitamente se entrecruzam e podem ser explorados a partir de diferentes

perspectivas e olhares. Por esta razão, o que pode ser constatado a partir deste estudo é que o assunto não se esgota, embora o texto tenha, razoavelmente e dentro dos limites das laudas propostas, chegado ao objetivo primevo e geral da pesquisa.

Assim é mostrado, também, que tratar sobre a relação entre poder e preservação permite a abertura de um universo rico e ao mesmo tempo complexo que se pauta em diferentes questões sociais, históricas, culturais, filosóficas e até econômicas. A partir desta análise, os museus foram evidenciados em sua transcendência de genuínos locais de conservação de objetos, artefatos, relíquias do passado, para espaços de construção do pensamento crítico. Isso porque a preservação de algo extrapola a conservação da matéria e os efeitos do tempo sobre ela, abrangendo aspectos mais subjetivos e que precisam ser acadêmica e cientificamente mais explorados.

Conforme destacado no texto, a preservação envolve todo o trabalho que vai desde o armazenamento às exposições, mediações e outras ações educativas e culturais nos museus que corroboram com a modulagem de narrativas, influenciando percepções e legitimando identidades. Não obstante, esta análise salientou que os museus não são campos neutros e que se legitimam como espaços onde o poder é exercido e negociado. As mais elementares práticas museológicas podem ser sempre tendenciosas, sobretudo as decisões curatoriais porque são capazes de retirar ou atribuir sentidos aos objetos, reescrever narrativas e direcionar os olhares.

Uma exposição pode tratar muito mais sobre o olhar e abrangência do entendimento de um curador do que da realidade de um fato em si, mas nem todos os visitantes seguem com essa compreensão e consciência a visita a um museu. Nesse contexto, e até onde já foi defendido, o museu contribui com a construção do pensamento crítico, mas a partir de quê? Conforme supracitado, o objetivo deste texto não demanda uma análise sobre as escolhas do curador, porém cabe mencionar que a construção do pensamento crítico a partir de uma visita a um museu, também exige reconhecer tendências e o aprimoramento do olhar crítico sobre o que já poderia ser uma forma de crítica.

Sendo assim, a seleção, interpretação e exibição da museália não demonstram apenas ações práticas que visam a preservação, como também refletem interesses e ideologias, ora de profissionais dos museus, ora de agentes políticos, incluindo instituições e patrocinadores, apoiadores ou parceiros. E o reconhecimento de tais tendências não implica em desvalorizar o que está sendo exibido em uma mostra, em detrimento de outras coisas que também poderiam ser juntamente expostas, mas compreender os mecanismos de poder subjacentes e que mostram

que a neutralidade em um museu é praticamente utópica. Portanto a preservação do patrimônio nos museus não é uma questão meramente técnica, mas política e social.

As práticas museológicas permitem que diferentes interpretações possam chegar ao público e o projeto museográfico, que trata do *layout* geral da instituição, já é um agente de legitimação e poder. O projeto museográfico tem relação com a missão, visão e valores da instituição, podendo também revelar muito sobre o que é preservado e de que forma é preservado naquele local. Tal *layout* inclui a distribuição das salas, o que pode ou não ser exposto em cada sala, de que forma, o fluxo de visitantes para cada espaço durante quanto tempo etc.

Como meio possível para a negociação de poder entre diferentes grupos, reivindicação de territórios ou espaços subjetivos na história e afirmação de identidades coletivas, a preservação tem a capacidade de moldar a memória da sociedade. Por este viés, a presente análise destaca a memória como capital simbólico imperativo dos museus e constantemente negociado com a sociedade. E vale lembrar que a forma como os museus tratam este capital impacta diretamente na construção da identidade e justiça histórica, envolvendo questões relacionadas a legitimação e ao reconhecimento de autoridades.

O reconhecimento de tais aspectos permite que grupos diversos possam cobrar por abordagens cada vez mais críticas e inclusivas dos museus e em suas diferentes dinâmicas, como agente responsável, estratégico e central na preservação do patrimônio cultural. Por fim, reconhece-se que esta análise naturalmente ainda não esgotou o assunto, mas esforçou-se na intenção de fomentar reflexões sobre o tema e conceitos tratados. É realmente necessário que os museus sejam analisados por diferentes campos do conhecimento, e que a compreensão acerca da preservação da memória cultural seja difundida frente à sua importância para a construção de uma sociedade mais justa e coesa.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRANT, L. **O poder da cultura**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

CHAGAS, M. **Memória e poder**: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. In CARBOGIN, M. L. V. (Org.). *Memória Viva de Içapuí*. 1ª Ed. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2013, v. 1, p. 20-29.

CHAGAS, M. **Cultura, patrimônio e memória**. Ciências e Letras, Porto Alegre, v. 31, p. 15-29, 2002.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. 6ª ed. São Paulo: ENESP, 2017.

COUTINHO, B. e TOSTÕES, A. **A exposição como “obra de arte total”**: O MUDE como caso de estudo. Revista MIDAS: Museus e Estudos Interdisciplinares, 2014.

DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comité Nacional Português do ICOM, 2014. Disponível em: http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf. Acesso em: 04 mai. 2024.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

ICOM. **Código de ética do ICOM para museus**. 2009. Disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/Portuguese.pdf> . Acesso em: 02 fev. 2024.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. Governo do Estado de São Paulo. **Arte e Política é mote da 29ª Bienal de São Paulo**: Fundação Memorial participa por meio do Pólo São Paulo de Arte Contemporânea. 2010. Disponível em: <https://memorial.org.br/arte-e-politica-e-o-mote-da-29a-bienal-de-sao-paulo-fundacao-memorial-participa-por-meio-do-polo-sao-paulo-de-arte-contemporanea/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MENESES, U. B. de. **Do teatro da memória ao laboratório da História**: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. Nova Série, v.2, 1994.

OBRIST, H. U. **Caminhos da curadoria**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2014.

O'DOHERTY, B. **No interior do cubo branco**: a ideologia do espaço da arte. São Paulo: M. Fontes, 2002.

SANDY, D. D. **Políticas públicas para museus brasileiros**: gestão e sustentabilidade. Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/22645/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20DANIELLY%20DIAS%20SANDY.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SANDY, D. D. **Iniciação à técnica de conservação e restauro**: fundamentos teóricos. Curitiba: Intersaberes, 2020.



WEBER, M. **Economia e sociedade**. 4^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade: 1780-1950**. São Paulo: Nacional, 1969.

Recebido em: 16 maio 2024.

Aceito em: 28 maio 2024.